



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUANÃ-TO



ANO II

ARAGUANÃ, TERÇA, 13 DE JANEIRO DE 2026

EDIÇÃO Nº 544

### IMPrensa Oficial

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUANÃ-TO

Av. Araguaia, S/Nº - Centro

Araguanã-TO / CEP: 77855-000

**Max Nylton Barbosa da Silva**

Prefeito Municipal



Documento assinado digitalmente conforme MP Nº 2.200- 2 de 24/08/2001, da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. A autenticidade deste documento pode ser conferida por meio do QRCode. Código de Validação: **5442026813**

### SUMÁRIO

#### PREFEITURA MUNICIPAL

DECRETO/PREF[DA6]	1
PORTARIA/PREF[FE4]	1
PORTARIA/PREF[BE4]	2
PORTARIA/PREF[EA1]	2

#### PREFEITURA MUNICIPAL

#### DECRETO Nº. 002/2026 ARAGUANÃ/TO, 13 DE JANEIRO DE 2026.

"Dispõe sobre a revisão geral anual dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais de Araguaia, Estado do Tocantins, e dá outras providências."

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUANÃ, ESTADO DO TOCANTINS, MAX NYLTON BARBOSA DA SILVA** no uso das duas atribuições constitucionais e legais, bem como, o que lhe confere a Lei Orgânica Municipal de Araguaia/ TO.

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, que assegura a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos e do subsídio de que trata o § 4º do art. 39 da mesma Carta Magna, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

**CONSIDERANDO** o que estabelece o artigo 37, § 2º, da Lei Orgânica do Município de Araguaia, que determina a data-base para a revisão geral anual dos subsídios dos agentes políticos para o mês de janeiro de cada ano, utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

**CONSIDERANDO** a variação do IPCA/IBGE acumulada no período de janeiro a dezembro de 2025, que atingiu o percentual de 4,264380%;

#### DECRETA:

**Art. 1º** Fica concedida a revisão geral anual aos subsídios do

Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais de Araguaia, no percentual de **4,264380% (quatro inteiros e duzentos e sessenta e quatro mil, trezentos e oitenta centésimos de milésimos por cento)**, correspondente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE) acumulada no período de janeiro a dezembro de 2025.

**Art. 2º** Em decorrência do disposto no artigo anterior, os subsídios mensais dos agentes políticos do Poder Executivo Municipal passam a vigorar com os seguintes valores, a partir de 1º de janeiro de 2026:

I - **Prefeito Municipal:** R\$ 15.863,78 (quinze mil, oitocentos e sessenta e três reais e setenta e oito centavos);

II - **Vice-Prefeito Municipal:** R\$ 7.931,89 (sete mil, novecentos e trinta e um reais e oitenta e nove centavos);

III - **Secretários Municipais:** R\$ 4.230,34 (quatro mil, duzentos e trinta reais e trinta e quatro centavos).

**Art. 3º** As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 4º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2026.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUANÃ**, Estado do Tocantins, aos 13 dias do mês de janeiro do ano de 2026.

**MAX NYLTON BARBOSA DA SILVA**

Prefeito Municipal

#### PORTARIA N. 003/2026 de 13 de janeiro de 2026.

Nomeia a Comissão Permanente de Licitação do Município de Araguaia para o exercício financeiro de 2026.

#### O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUANÃ, ESTADO DO

**TOCANTINS**, no uso de suas atribuições legais, conferida pelo artigo 91, inciso II, alínea "c", Lei Orgânica Municipal; e,

**CONSIDERANDO** a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e a Lei nº. 14.133/2021, que regulamentam o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

**CONSIDERANDO** a necessidade imperiosa de nomeação de ocupante para a Comissão Permanente de Licitação do Município de Araguaia, para o exercício de 2026;

**CONSIDERANDO** que a investidura dos membros da Comissão permanente não excederá a 1 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente;

#### RESOLVE:

**Art. 1º.** Nomear a Comissão Permanente de Licitação, do Município de Araguaia, para o exercício financeiro de 2026, composta dos seguintes membros:

1. - Presidente: **VIVALDA PARANHOS SOARES** - CPF nº.

\*\*\*.\*\*\*.071-68 (Servidora Efetiva);

1. - Relatora: **KALLYNNE SILVA RODRIGUES** - CPF nº.

\*\*\*.\*\*\*.691-21 (Assistente Administrativo);

1. - Membro: **RAINÁ PEREIRA EVANGELISTA** - CPF nº.

\*\*\*.\*\*\*.731-93 (Servidora Contratada);

Assinado de forma digital por MUNICIPIO DE ARAGUANÃ:25063892000109 em 13/01/2026 00:00:00

**Art. 2º.** Os membros da Comissão Permanente de Licitação, de que trata esta Portaria, não serão remunerados pelo exercício da função, sendo os serviços considerados como relevantes para o interesse público.

**Art. 3º** Compete à Comissão Permanente de Licitação todas as atividades relacionadas ao processo licitatório que deverá instruir, processar e julgar as licitações em quaisquer de suas modalidades, cumprindo os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficácia, da imparcialidade e da probidade administrativa, bem como todas as normas prescritas nas Leis nº. 4.320/64, Lei nº. 8.666/93, Lei 14.133/2021, e com as alterações posteriores que lhe foram dadas em atendimento ao interesse público.

**Art. 4º** A Comissão, ora nomeada, será regularmente convocada com antecedência e terá poderes para realizar cotações, elaborar editais e licitações, sempre observando os dispositivos legais em vigor e o interesse público.

**Parágrafo Único.** Compete à Comissão o processamento e julgamento das habilitações preliminares e propostas apresentadas pelos licitantes nos certames licitatórios instaurados, bem como o julgamento do pedido de inscrição no registro cadastral de fornecedores, sua alteração e cancelamento.

**Art. 6º** Os trabalhos realizados em sessão serão secretariados por um dos membros da comissão, designado pelo Presidente.

**Art. 7º** A Comissão receberá assessoria técnica, quando solicitada, para os casos complexos.

**Art. 8º** O prazo de mandato da respectiva Comissão será de 01(um) ano, conforme preceitua o § 4º do art. 51 da Lei Federal nº. 8.666/1993 e art. 8º da Lei Federal n. 14/133/2021.

**Art. 9º** A presente portaria deverá ser publicado na forma prevista na Legislação Municipal em vigor, e deverá ser afixado em local próprio na sede da Prefeitura Municipal.

**Art. 10** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUANÃ-TO**, 13 de janeiro de 2026.

**MAX NYLTON BARBOSA DA SILVA**

PREFEITO

**PORTARIA Nº. 001/2026, de 13 DE JANEIRO DE 2026.**

“Revoga a Portaria nº **006/2025** e dispõe sobre a organização do rol de responsáveis no CADUN do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins – TCE-TO. ”

**O PREFEITO DE ARAGUANÃ - ESTADO DO TOCANTINS**, no uso das atribuições legais e constitucionais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal:

**CONSIDERANDO** a necessidade de atualização e organização do rol de responsáveis do Município no **Cadastro Único de Responsáveis - CADUN**, mantido pelo Tribunal de Contas do TCE – TO;

**CONSIDERANDO** a necessidade de adequação das informações de gestores e responsáveis às atuais estruturas administrativas do Município;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica **revogada** a **Portaria nº 006/2025, de 06 de janeiro de 2026.**

**Art. 2º** Compete à Secretaria Municipal de Administração adotar as providências necessárias para a organização, atualização e encaminhamento do rol de responsáveis do Município no CADUN do TCE-TO, conforme a legislação e normas vigentes.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUANÃ**, Estado do Tocantins, aos 13 dias do mês de janeiro de 2026

**Max Nylton Barbosa da Silva**

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 002/2026, de 13 DE JANEIRO DE 2026.**

“Revoga a Portaria nº **009/2025** e dispõe sobre a organização do rol de responsáveis no CADUN do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins – TCE-TO. ”

**O PREFEITO DE ARAGUANÃ - ESTADO DO TOCANTINS**, no uso das atribuições legais e constitucionais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal:

**CONSIDERANDO** a necessidade de atualização e organização do rol de responsáveis do Município no **Cadastro Único de Responsáveis - CADUN**, mantido pelo Tribunal de Contas do TCE – TO;

**CONSIDERANDO** a necessidade de adequação das informações de gestores e responsáveis às atuais estruturas administrativas do Município;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica **revogada** a **Portaria nº 009/2025, de 06 de janeiro de 2026.**

**Art. 2º** Compete à Secretaria Municipal de Administração adotar as providências necessárias para a organização, atualização e encaminhamento do rol de responsáveis do Município no CADUN do TCE-TO, conforme a legislação e normas vigentes.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUANÃ**, Estado do Tocantins, aos 13 dias do mês de janeiro de 2026

**Max Nylton Barbosa da Silva**

Prefeito Municipal